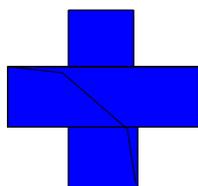




GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA DUCENTÉSIMA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO DO CES-MT

1 **Ao décimo oitavo dia do mês de março de 2009**, às quatorze horas e trinta minutos, deu início à
2 **ducentésima décima quinta** reunião do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso, sendo esta a
3 **qüinquagésima terceira reunião extra ordinária**. A Sessão foi presidida pelo **Presidente do Conselho**
4 **Estadual de Saúde, Augustinho Moro. EXPEDIENTE RELEVANTE: 1)Ofício Circular CONASS n.º024**
5 **– de 06 de março de 2009** – Convidando dois Conselheiros para participar do Seminário: O CONASS E
6 A GESTAO PARTICIPATIVA, em 03 de abril, período integral. As despesas correrão por conta do CES-
7 MT. Local vai ser definido. Temos que confirmar presença até 20 de março. (Edvande, Carlos, João,
8 Cida...). Pagamento de meia diária. Tema: Exposição de Experiências em Gestão Participativa,
9 identificadas por alunos do curso de extensão. O Conselho será representado pelos Conselheiros
10 Edvande França e Alzita Leão; **2) Memorando n.º0443/09/GBSES – de 10 de março** – encaminhando
11 dois ofícios do CNS: circular n.º036 (de 05 de março) e o 040 (de 03 de março), recebidos no Conselho
12 em 10 de março. Os ofícios tratam sobre o lançamento da Caravana Nacional em Defesa do SUS e
13 organização das Caravanas Estaduais, em 11 e 12 de março. Mato Grosso ficou impossibilitado de
14 participar. Duas caravanas agendadas: Maranhão (19.03) e Ceara (25.03). Despesas pelos CES. O
15 Conselho não encaminhou seu representante tendo em vista que o ofício do CNS chegou com atraso;
16 **3)Memorando Circular n.º004/SUPS/SES/MT – 06 de março de 2009** – da Superintendência,
17 considerando o processo de trabalho do Plano Estadual de Saúde 2008-2011, convidam a todos para
18 participar oficina de trabalho para apresentação da proposta do PES e da Agenda de Saúde 2009. A
19 participação do Conselho será em 24 de março, período integral. **Presidente** disse que todos os
20 Conselheiros estão acompanhando a situação que envolve a SMS e o HGU. Disse que o Hospital
21 comunicou na quinta-feira a paralisação dos serviços de alta complexidade. Imediatamente chamou
22 reunião com a SMS de Cuiabá com as presenças dos senhores Luiz Soares e Nei Moreira, para ouvi-los.
23 Ficou deliberada a necessidade de fazer reunião conjunta envolvendo o HGU e a SMS com
24 intermediação da SES. Informou que o problema é restrito envolvendo o município e o prestador de
25 saúde. A SES, nesta questão, não tem comprometimento de forma direta, não é a causadora do
26 problema. Disse que a SMS deixou de realizar pagamento por não haver entendimento de valores. Disse
27 que a reunião conjunta foi realizada na sexta-feira. Como encaminhamento ficou que as duas equipes
28 técnicas (SMS e do HGU) se reuniram para fazer a confrontação de planilhas tendo em vista as
29 divergências de informações. Informou que até hoje esta reunião não aconteceu. Que houve reunião
30 entre o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde e o senhor Altamiro Galindo. Disse que há instantes
31 recebeu informação da Conselheira Mázena Salah que talvez até o final da tarde haja resolução do
32 problema. Caso isto não aconteça, a SES poderá convocar o Ministério Público. O município tem um
33 débito e deve saldar para que o prestador volte a atender e após isto fazer agenda continuada para
34 resolução do problema. **Conselheira Maria Aparecida** informou que alguns Conselheiros Estaduais de
35 Saúde (Joacy Leopoldino, Mazena Salah e Antonio Cordeiro) e outros do CMS de Cuiabá, participaram
36 de reunião na terça-feira quando tomaram conhecimento da situação que avaliaram como de extrema
37 gravidade. Disse que esta questão não se restringe apenas ao HGU, pois o Hospital do Câncer e o Júlio
38 Muller também estão tendo problemas nesta questão. Disse que neste existem dois procedimentos,
39 sendo ele técnico e político. Houve indicativo de convocação de audiência pública e que o caminho é de



SUS

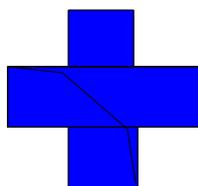
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

40 Ministério Público. **Presidente** disse que a solução é imediata em relação ao HGU e que as demais
41 também precisam que haja encaminhamentos. O CMS de Cuiabá tem condições de puxar o assunto com
42 o apoio do CES e a Câmara está tratando disso. Quanto aos demais, temos que continuar trabalhando
43 para evitar a mesma situação de paralisação. Disse que Cuiabá é a maior referência estadual e está
44 deficitária com poucas unidades hospitalares. **Conselheira Suely Correa** informou que está aberta
45 inscrição até o dia três de abril, para audiência pública, em Brasília, que tratará sobre fornecimento de
46 medicamentos, suplementos alimentares, órteses e próteses, criação de vagas em UTIs, contratação de
47 servidores de saúde, realização de cirurgias, custeio de tratamento fora de domicílio e tratamento no
48 exterior. A informação sobre a audiência já fora encaminhada no e-mail dos conselheiros. Os temas que
49 tratará a audiência vai de encontro com as discussões do Pleno. **Conselheiro Joacy Leopoldino** com
50 relação ao ofício n.º7447/HGU que encaminhou processo para Ouvidoria Geral do SUS, contextualiza a
51 complexidade da situação. Disse que o hospital também fez encaminhamento para o Governo do Estado,
52 SES, Ministério Público e Secretaria de Saúde de Cuiabá, dentre outros. Disse que discordava do
53 Presidente quando ele disse que isto era um problema interno de Cuiabá, pois este é um problema do
54 Estado de Mato Grosso que envolve a alta complexidade. Que precisamos ficar atentos, pois são sete mil
55 pessoas que não poderão ficar a deriva. Disse que é dever do estado suprir as necessidades da alta
56 complexidade. Ressaltou que o Conselho precisa ajudar a 'descascar o pepino', pois a situação está feia.
57 Lembrou que solicitou reunião extraordinária para discutir a regulação e o Secretário Adjunto, Victor
58 Rodrigues, falou absurdos naquela reunião, conforme está registrado em ata. Disse o Secretário Adjunto
59 'que a fila está grande porque o paciente não morre'. Disse que esta é uma declaração que deveria ser
60 encaminhada para o Ministério Público. **Presidente** disse que não havia falado que o estado não tinha
61 nada a ver com isso. Disse que a problemática não havia sido provocada pelo estado, porém, não deixa
62 de ser um problema de estado e por isso estão envolvidos, acompanhando visando a resolução.
63 **Conselheiro Antonio Cordeiro** disse que este não é um problema apenas do HGU, mas também do
64 Hospital do Câncer que estava presente na reunião de ontem. Disse que se aquilo que foi falado na
65 reunião for verdade, entende que o caso seja de polícia. Que formaram comissão para investigar o que
66 vem do nível federal e do estado como repasse para a prefeitura. Disse que optaram pelo hospital e por
67 um laboratório para as questões de transplantes. Mas, sabemos que aquilo que é feito de transplantes
68 não se recebe. Disse que trouxeram a ABTO para reunião para discutir as razões dos transplantes no
69 estado não acontecerem. As equipes transplantadoras estavam presentes e afirmaram que realizam
70 transplantes, mas não recebem. Os pacientes estão morrendo na hemodiálise, mas estas informações
71 não chegam para a imprensa, a coisa está em silêncio. Disse que temos que resolver o assunto e não
72 ficar jogando a responsabilidade para o outro, pois tanto o estado quanto o município são responsáveis.
73 **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que não entraria no mérito mesmo acreditando na co-
74 responsabilidade do estado, por isso estava passando seu tempo de fala para a Conselheira Municipal de
75 Saúde de Cuiabá, senhora Marilene, para expor o assunto. **Conselheira Marilene**, representante dos
76 usuários, disse que o CMS, está com as mesmas preocupações colocadas neste Pleno. Disse que o
77 controle social do estado e do município vai ter que se posicionar a respeito. Disse que naquela reunião
78 ficou deliberado que fosse convocada audiência pública, pois ainda não tem qualquer indicado para



SUS

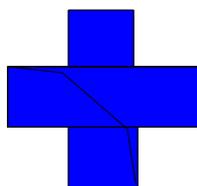
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

79 realização da mesma. Disse que o CMS de Cuiabá ainda é mais co-responsável neste problema, pois são
80 os fiscalizadores e não estavam enxergando nada. Disse que caso o CES não consiga 'puxar' audiência,
81 a 'diretoria' pode puxar. Mas, como o presidente do CMS é o secretário, acha que vão ter dificuldades.
82 Disse que o problema não é apenas do HGU e na hora que a 'coisa explodir', vai começar um (hospital)
83 atrás do outro. **Conselheira Alzita Leão** disse que o mais preocupante foi quando tomou ciência do
84 processo, em relação ao ofício n.º043 encaminhado pelo HGU direcionado para todos os órgãos do
85 governo, datado do dia 12 de março de 2009, anexa o contrato de prestação de serviços, que dispõe que
86 para suspender serviços quer seja de alta ou média complexidade deve ser avisado com 120 dias de
87 antecedência e isso não aconteceu, pois no ofício encaminhado informa que suspenderá de imediato.
88 Disse que também é preocupante saber que a SMS recebe fundo a fundo 8 milhões de reais, gasta 4
89 milhões e não tem dinheiro para repassar para o HGU. **Conselheira Mázena salah** esclareceu que os
90 serviços que foram suspensos são credenciados pelo Ministério da Saúde. Se observarmos uma cláusula
91 do contrato qualquer serviço de alta complexidade deve ser feito termo aditivo ao contrato onde
92 estabelece teto financeiro e a quantidade de procedimentos. Estes serviços foram habilitados em janeiro
93 de 2008, tanto neurologia quanto ortopedia, mas até hoje não foi feito termo aditivo nem estipulado teto
94 financeiro, por isso houve suspensão. **Conselheira Alzita Leão** respondeu que de qualquer forma o
95 usuário não pode ficar prejudicado por irresponsabilidade de gestores. **Presidente** quanto à audiência
96 pública, disse que a Câmara Municipal de Cuiabá estaria convocando. **Conselheiro João Dourado**
97 solicitou que este Conselho encaminhe documento conjunto para a Câmara sugerindo a realização da
98 mesma. Aprovado. **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que a audiência deve ser solicitada em caráter
99 extraordinário. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que o CMS de Cuiabá ainda não deliberou sobre
100 isso (audiência) perguntando se vamos esperar mais trinta dias. Disse que nosso Pleno é quem deve
101 fazer a provocação para a realização observando o atendimento ao usuário. Mas, se a cobrança for
102 conjunta vai demorar a acontecer. O Pleno deliberou que o Conselho Estadual de Saúde encaminhe
103 documento direto para a Câmara Municipal de Cuiabá solicitando a convocação de audiência pública para
104 debater a situação da saúde de Cuiabá e a relação entre gestores e prestadores de serviço com enfoque
105 no atendimento ao usuário. A seguir, iniciamos nosso ponto de **PAUTA: Apresentação, discussão e**
106 **votação do Relatório Anual de Gestão 2008 – SES - O Presidente** informou que recebeu a notícia que
107 as reuniões propostas com as comissões tiveram participação efetiva dos Conselheiros com 100% de
108 realização, portanto, que avançamos em relação ao ano anterior. A **Coordenadora de Planejamento e**
109 **Orçamento, Lucinéia Soares**, em nome da Superintendência de Planejamento, Orçamento e Finanças
110 agradeceu pelo desempenho da semana que estava programada as reuniões e que ficaram satisfeitos
111 com a presença efetiva e debates produtivos pelos Conselheiros Estaduais de Saúde. Disse que o
112 principal objetivo de um relatório de gestão é a correção no relatório do próximo exercício. De acordo com
113 metodologia aprovada a semana do dia 09 a 13 de março foi dedicada para reuniões com as comissões
114 permanentes do Conselho, sendo duas por dia, totalizando dez reuniões. Cada comissão determinou um
115 Conselheiro Coordenador, responsável pelo relatório. Hoje a Coordenadoria de Planejamento apresentará
116 o programa de forma sintética com indicadores e em seguida cada comissão apresentará seu relatório,
117 abrindo as discussões e votação. Informou que trouxe cenário global da SES na parte da execução



SUS

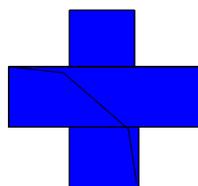
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

118 orçamentária e financeira. Mostrou o que a SES executou em suas duas unidades financeiras: SES
119 (salários e encargos) e o FES (financiamento das demais ações e serviços). A Folha de Pagamento:
120 dotação inicial de 267 milhões, empenhado 267, pagão 249 com execução de 99%. No FES, somando
121 todas as fontes, iniciou com 381 milhões, finalizou com 501 milhões, empenhado 457 milhões, com
122 execução de 91%. Com relação a fonte 134, que dá cumprimento a Emenda Constitucional 29, iniciou
123 com 461 milhões, orçamento final de 544 milhões, empenhado 532 milhões e pagos 506 milhões, com
124 execução de 97%. Somando as duas unidades e todas as fontes a execução ficou em torno de 94%. Mais
125 subsídio para análise: demonstração gráfica da execução por programa. Na unidade SES, Apoio
126 Administrativo, que é a folha de pagamento tem 99% de execução; Operações Especiais, que é dívida
127 interna da SES (FGTS) 94% de execução; Previdência de Inativos e Pensionistas com 98% de execução.
128 Na unidade Fundo Estadual de Saúde, Apoio Administrativo, teve execução de 90,67%; Tecnologia da
129 Informação 63%; Efetivação da Política de Assistência Farmacêutica 95%; Atenção Básica 92%; Ações
130 de Vigilância em Saúde 68%; Rede de Média e Alta Complexidade 92%; Processo de Gestão da SES
131 86%; Processo de Gestão do SUS 92%; Política de Investimentos 85%; Operações Especiais 0,0%.
132 Apresentou demonstrativo do cumprimento da Emenda Constitucional 29 do Estado: a receita líquida do
133 estado dentro do exercício foi de 4 bilhões e 3336 milhões, tendo desmembramento de 12,02% desta
134 receita para a SES. Informou que o cumprimento da EC não é apenas o recebimento da receita é a
135 despesa liquidada sobre a receita líquida. Total liquidado com despesas correntes: 678 milhões; despesas
136 de capital: 25 milhões, totalizando 724 milhões no exercício. Destes 724 mi, 179 milhões são
137 transferências do Ministério da Saúde, convênios, totalizando despesa líquida da fonte 134, 532 milhões.
138 Assim sendo, o Estado cumpriu com repasse de 12,02% da EC 29. **Conselheiro Ambrósio Moreira**
139 informou que a Comissão de Planejamento e Orçamento tem seu entendimento em relação ao
140 orçamentário e o financeiro. Disse que não puderam opinar neste sentido em função de que tiveram a
141 peça orçamentária e financeira no momento oportuno. Através da Secretaria Executiva, a Comissão de
142 Planejamento encaminhou Memorando n.º119/09/CES, de 11 de março de 2009, para o senhor Donizete
143 Villas, Superintendente de Planejamento e Finanças, requerendo do mesmo o resumo do balanço 2008
144 das Unidades 21601, Fundo Estadual de Saúde e 21101 Secretaria Estadual de Saúde. No resumo
145 deveria constar a situação dos restos a pagar, o resultado quanto ao superávit ou déficit. As informações
146 subsidiariam o controle e a avaliação das duas unidades pelos Conselheiros Estaduais de Saúde
147 ressaltando que o encaminhamento deveria ser feito em 24 horas para procederem a análise tendo em
148 vista que em 18 de março seria realizada reunião extraordinária. O Superintendente respondeu ao
149 Conselho, através do Memorando n.º127/09/SUPOF, em 13 de março, que a sua Superintendência
150 estava finalizando a elaboração do citado documento para enviar ao Tribunal de Contas do Estado até o
151 dia 31 de março de 2009, conforme prazo concedido pelo referido órgão. Assim sendo informou que
152 estava impossibilitado de atender a solicitação feita pelo memorando n.º119/09/CES, ressaltando que
153 após a data determinada pelo TCE os dados concernentes do balanço do exercício financeiro 2008
154 estarão à disposição. Diante disso, a Secretaria Executiva do CES, encaminhou Memorando n.º130/09,
155 em 13 de março, para o mesmo Superintendente, que em virtude daquela resposta estava encaminhando
156 para conhecimento do mesmo, o despacho feito pela Comissão de Planejamento e Orçamento do



SUS

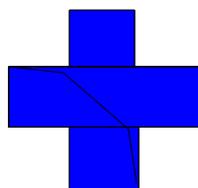
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

157 Conselho, que trazia o seguinte teor: A Comissão deliberou que em virtude da falta da informação
158 apresentará resolução recomendatória pela não aprovação do relatório de gestão da aplicação do
159 orçamento 2008 e orienta que antes de Vossa Senhoria (SUPOF) encaminhar o balanço para o TCE o
160 mesmo deve ser apreciado pelo Pleno do Conselho Estadual de Saúde de acordo com a legislação
161 vigente. Disse o Conselheiro, que neste sentido a Comissão de Planejamento vem solicitar ao Pleno que
162 delibere para a Comissão o poder de emitir análise e parecer do balanço patrimonial a fim de saber da
163 situação econômica, financeira e patrimonial da SES, evitando o pedido de vistas sobre a matéria.
164 **Conselheira Clélia Brito** solicitou mais esclarecimentos quanto a solicitação. **Conselheiro Ambrosio**
165 **Moreira** disse que durante o ano foram apenas apreciados os relatórios trimestrais e quando finda o
166 exercício o Conselho tem que aprovar o relatório, mas isso não tem acontecido. Disse que tem se
167 reunido com a SUPOF para melhor entendimento. Disse que avaliaram o Fundo e concluíram que o CES
168 estava pecando com a situação, pois cabe a ele apreciar e avaliar as contas mensalmente. Disse que
169 estão pensando numa metodologia para que todo mês tragam para o Pleno a avaliação dos balanços que
170 recebem mensalmente. A resposta dada é que seria encaminhado para o TCE até 31 de março, mas para
171 dissabor da Comissão de Planejamento o balanço foi publicado no Diário Oficial do dia 13 de março, sem
172 passar pela apreciação do Pleno. Asseverou que as pessoas devem aprender a respeitar as instâncias e
173 sempre vai cobrar isso, pois temos que assumir as nossas responsabilidades. Reiterou que a Comissão
174 de Planejamento quer avaliar o balanço da SES e trazer ao conhecimento do Pleno. **Conselheiro Jose**
175 **Carlos Bazan** solicitou que fosse colocado em projeção o gráfico apresentado anteriormente e
176 mencionou as porcentagens de execução. Disse que a Comissão produziu memorando para o
177 Superintendente de Planejamento e Finanças, solicitando esclarecimento se isto significava superávit ou
178 déficit, para que a Comissão pudesse subsidiar o Pleno nesta reunião extraordinária. Mas, o
179 Superintendente respondeu que tem prazo, 31 de março, para responder para o TCE. Se o Pleno
180 perguntar para a Comissão se aquilo significa déficit ou superávit a mesma não saberá responder. Diante
181 da negativa a Comissão respondeu para o Superintendente que caso ele não mandasse o balanço ela iria
182 encaminhar pela não aprovação do RAG, por falta de informações. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse
183 que para não parar a matéria desde já, estavam solicitando que o Pleno deliberasse que a mesma
184 analisasse o balanço e fizesse apresentação posteriormente. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que
185 a Comissão não tem condições de dizer o que significam os índices, se superávit ou déficit financeiro, por
186 isso estava solicitando protelamento da discussão do parecer final do RAG. **Lucinéia Soares** informou
187 que pela legislação temos dois instrumentos: para o controle externo e para o controle social. Um seria o
188 Relatório de Gestão que estaria atrelado as metas e indicadores propostos que está vinculado ao Plano
189 Estadual de Saúde e à Programação Anual; o outro seria o balanço do estado, incluso a ele o da SES.
190 Esses dois instrumentos seguem separadamente. Quem coordena o Balanço do Estado é a SEFAZ, o
191 Relatório de Gestão é coordenado pela SEPLAN. Hoje está em discussão o RAG que trabalha com metas
192 e indicadores e ações da saúde. A visão de saldo financeiro e déficit se dão somente após o fechamento
193 do balanço e apuração do balanço patrimonial. A lei do FES dispõe que deve encaminhar ao CES
194 demonstrativo mensal, que seria o balancete feito mensalmente. **Conselheiro Ambrósio Moreira** reiterou
195 que em 13 de março foi publicado no Diário Oficial do Estado o balanço da SES e do FES. **Presidente**



SUS

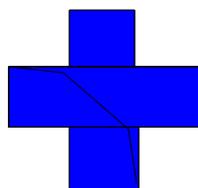
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

196 solicitou que o senhor Donizete Villas esclarecesse o que havia sido publicado em Diário Oficial.
197 **Superintendente de Planejamento e Orçamento, Donizete Villas**, informou que a Comissão havia
198 solicitado o resumo do balanço. Não foi pedido esclarecimento a respeito das operações que aqui estão
199 demonstradas. Como a Superintendência de Planejamento não tinha fechado o balanço, foi respondido
200 isso e conseqüentemente não podiam enviar resumo do balanço. Disse que ele não foi publicado, pois
201 fora fechado somente ontem, assinado pelo Secretário Executivo do Núcleo Sistêmico Carlos Capistrano,
202 salvo engano, no dia 17 de março. A partir do momento desta assinatura é que teria condições de
203 encaminhá-lo para o Conselho Estadual de Saúde, antes disso não, reiterou. **Presidente** disse ao
204 Superintendente que no dia 13 de março foi publicado em DO alguma coisa sobre balanço. **Donizete**
205 **Villas** disse que se foi publicado, não é o balanço oficial da SES, por que terminaram de fechá-lo em 17
206 de março de 2009. **Presidente** disse que a publicação se referia ao balanço orçamentário. Solicitou que o
207 Superintendente se dirigisse a mesa e lhe mostrou a cópia da publicação. **Donizete Villas** disse que esta
208 publicação é um resumo do balanço que pode ter alterações posteriores, até porque tem o fechamento do
209 balanço patrimonial e ele sofrerá ajustes. Disse que preferiram não encaminhar ao CES informação extra-
210 oficial. **Presidente** disse que temos que separar as situações. Conforme fora colocado pela
211 Coordenadora de Planejamento os instrumentos são diferentes. Estamos aqui para analisar o Relatório
212 de Gestão. Os balancetes estão sendo encaminhados mensalmente para o Conselho. Se juntar tudo terá
213 o balanço final. Quando o mesmo for fechado, além de encaminhar para o TCE, deve ser encaminhado
214 também para o CES. Disse dos avanços nestes dois anos, quando foram realizadas audiências públicas e
215 análise do RAG. Disse que não podemos deixar de analisar o RAG porque o balanço não foi
216 encaminhado. **Conselheiro Ambrósio Moreira** esclareceu que não estão pedindo a retirada da
217 discussão do RAG. Mas, sim solicitaram o orçamentário e o financeiro. Frisou que primeiro as questões
218 devem ser resolvidas dentro da SES, para depois fazer os encaminhamentos aos órgãos externos. Se a
219 publicação do balanço foi preliminar, as datas conforme lidas nos memorandos não coincidem com o
220 esclarecimento do Superintendente de Planejamento e Orçamento e que tudo foi documentado para
221 evitar equívocos. Disse que fizeram a solicitação obedecendo a legislação vigente. Se existe acordo entre
222 a Secretaria, o Governo e o TCE, é outra situação. Reiterou o encaminhamento da Comissão de
223 Planejamento: que o Pleno delibere que a peça do balanço patrimonial retorne para a Comissão para
224 emitir análise de acordo com a visão do controle social para apresentar aos demais Conselheiros. Disse
225 que precisamos estreitar relacionamento entre a Superintendência e a Comissão para evitar equívocos
226 como de hoje. **Presidente** disse que o encaminhamento está confuso. **Conselheiro Ambrosio Moreira**
227 perguntou se o esclarecimento da Lucinéia Soares também ficou confuso. Disse que uma coisa são as
228 ações e os serviços, a outra são os recursos que financiam a situação patrimonial da SES/SUS. Disse
229 que o Secretário tem que ter o relatório gerencial para tomar decisões. Embora as Comissões tenham
230 emitido parecer acerca do RAG, com relação aos programas e projetos, tem a questão orçamentária e
231 financeira que a Comissão não quer deixar o Pleno sem os esclarecimentos devidos, conforme previsão
232 de lei. Disse que não há confusão: a apresentação do RAG com o trabalho das comissões pode ter
233 prosseguimento, mas o balanço deve ser analisado e apresentado ao Pleno pela Comissão de
234 Planejamento, posteriormente. **Presidente** esclareceu que a Comissão está encaminhando pela análise



SUS

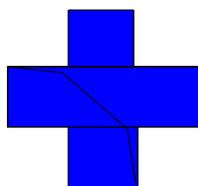
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

235 da questão financeira e orçamentária. Informou que isto está contemplado no RAG por unidade e que a
236 área técnica está presente para os devidos esclarecimentos. Quanto à questão patrimonial, que é a
237 consolidação do balanço com um todo, nos aspectos financeiro, orçamentário e contábil, tão logo esteja
238 fechada será encaminhada para a Comissão. **Conselheiro Ambrosio Moreira** reiterou que a Comissão
239 estava pedindo que o balanço que vai ser consolidado retorne para a mesma para que possa fazer sua
240 análise. A apresentação do RAG terá prosseguimento. **Conselheiro Edvande França** disse que a
241 Comissão recebeu o documento horas antes da reunião e não teve tempo de analisá-lo. Disse que foi
242 acordado que o balancete patrimonial, caso fosse necessário aprovar, seria com ressalvas e entregue
243 para Comissão de Planejamento para fazer análise. Encaminhou que a apresentação do RAG deve ter
244 prosseguimento de acordo com a metodologia aprovada. **Presidente** disse com relação a publicação em
245 DO, ontem foi feito o fechamento assinado pelo senhor Carlos Capistrano. Mas, no sistema foi lançado,
246 em 13 de março. A SEFAZ capta o lançamento e faz as publicações dos balanços. **Conselheiro Joacy**
247 **Leopoldino** intervém pedindo licença para o Pleno, para que o Médico Cardiologista, Luiz Scala, do
248 Hospital Julio Muller, para que possa fazer esclarecimentos quanto às demandas de cardiologia e o fluxo
249 da alta complexidade. **Presidente** disse que a pauta é extraordinária para apresentação do RAG.
250 **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que o assunto interessa a todos. **Presidente** consultou o Pleno
251 para que esta matéria fosse debatida em pauta específica. **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que o
252 interesse pelo assunto é coletivo e que a maioria dos usuários quer ouvir o profissional. Disse que nosso
253 dever é defender o cidadão. **Conselheiro Ambrósio** informou que estão na discussão do RAG e o
254 momento não é oportuno, sugerindo outra ocasião. **Conselheiro Joacy Leopoldino** pediu desculpas ao
255 profissional, mas a oposição não está querendo que ele apresente. **Presidente** disse que no início da
256 reunião foi debatida a matéria e não havia ninguém para fazer a discussão. O Pleno pode estar
257 encaminhando a discussão para outra oportunidade. Se a pauta tiver alteração, o Pleno deve deliberar. O
258 Pleno deliberou que a pauta tivesse prosseguimento. **Conselheira Lilia Suely** perguntou se o Pleno
259 deliberar pelo encaminhamento da Comissão de Planejamento, qual será o encaminhamento que a
260 mesma vai dar a matéria. Se dermos prosseguimento à matéria e ela for aprovada não teremos mais
261 razão para encaminhar para a Comissão de Planejamento. **Conselheiro Ambrósio Moreira** enfatizou
262 que estava solicitando que retorne o assunto para a Comissão, pois deseja esclarecer ao Pleno a real
263 situação patrimonial e financeira da Secretaria de Saúde. A discussão do RAG deve ter prosseguimento.
264 **Conselheiro João Dourado** disse que entendeu o encaminhamento da Comissão e que no seu ponto de
265 vista ela está correta, pois está chamando a responsabilidade de fazer estudo para informar e subsidiar o
266 Conselho para que nas próximas análises observe além do relatório de gestão a questão patrimonial e
267 financeira. Em hipótese alguma a Comissão está sugerindo a rejeição do RAG. **Presidente** disse que
268 daríamos prosseguimento a discussão do RAG e que a Comissão de Planejamento elabore estudo e
269 apresente ao Pleno sobre a situação patrimonial da Secretaria. Aprovado. Prosseguindo, **Lucinéia**
270 **Soares** tratou sobre a unidade orçamentária da SES, Programa 036 que tem dois projetos; Programa 994
271 – Operações Especiais que tem dois projetos. Informou que a questão dos recursos humanos foi
272 apresentada para Comissão de Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador, cuja coordenação ficou sob
273 a responsabilidade da **Conselheira Maria Aparecida**. Informou que esta Comissão trabalhou com dois



SUS

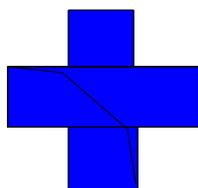
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

274 programas, a folha de pagamento e outro que está inserido no programa 278, gestão do trabalho.
275 Informou que a Comissão fez análise única que será apresentado neste momento. **Conselheira Maria**
276 **Aparecida** disse que na reunião estiveram presentes os seguintes membros: Alzita Leão, Antonia Lúcia,
277 Jucélia Clara, João Dourado. Disse que foi apresentado para a Comissão o Programa de Apoio
278 Administrativo que tinha como recursos 265 milhões 423 mil 764 reais e 86 centavos, com execução de
279 99,70%. Embora tenha análise do montante faltou clareza quanto aos gastos: quanto foi gasto com
280 trabalhadores efetivos, cargos em comissão que não são de carreira e cargos em comissão que pertence
281 à instituição, quantos são os contratados e estagiários, qual o montante pago com os referidos servidores
282 incluídos os encargos sociais. Disse que a Comissão não tem a informação de quantos servidores tem
283 licença prêmio para ser usufruída e não sabem sobre o pagamento por motivo de doença específica e
284 licença prêmio em espécie. Faltou a informação de quantos servidores estão em regime extraordinário e o
285 quanto é pago por isso, quantos são e quanto se gasta com servidores que estão em regime de plantão.
286 Os plantões estão embutidos na verba indenizatória. A lei de carreira dos profissionais do SUS garante o
287 pagamento de gratificação e interiorização. Perguntou quanto é o repasse por mês aos consórcios que
288 efetuarem esses pagamentos aos profissionais de saúde e quais são os consórcios que recebem. Disse
289 que estas foram questões que a comissão não conseguiu visualizar. Em relação aos servidores
290 empossados a partir de 2001, perguntou se os mesmos ainda não estão com a situação funcional
291 regularizada e como vai ser pago o valor de retroatividade aos servidores que estão no limbo. Com
292 relação ao programa 994, Operações Especiais, serviços de dívida interna existe montante empenhado
293 de um milhão 530mil 120 reais. A seguir, constam as recomendações à folha de pagamento: Todas as
294 questões referentes à Folha de Pagamento detectadas, pela Comissão, sejam visualizadas, tanto com
295 relação à identificação dos cargos dos profissionais, quanto aos valores gastos; se revise o artigo de que
296 trata das Verbas Indenizatórias, da Lei nº 8269, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais
297 do SUS; o Gestor Estadual em conjunto com os órgãos competentes do Estado e a Superintendência da
298 Caixa Econômica Federal otimize a liberação dos recursos que estão retidos da FUSMAT, com relação ao
299 FGTS, os quais, deverão ser liberados aos servidores da saúde ou retornados para serem aplicados na
300 saúde do trabalhador da SES; o Gestor Estadual em conjunto com a SEFAZ e SEPLAN, regularize o
301 recolhimento do PIS/PASEP dos trabalhadores, viabilizando os depósitos mensais, por se tratar de um
302 direito do servidor-cidadão; seja esclarecida a questão dos servidores empossados a partir de 2001,
303 clareando-se o quanto foi pago e quanto tem, ainda, a se pagar; bem como, quantos não tiveram sua
304 situação funcional regularizada, com relação ao seu enquadramento inicial; o Gestor Estadual aumente o
305 percentual destinado à Saúde passando de 12% (doze por cento) para 14% (catorze por cento) já que a
306 EC nº 29 diz que o Estado deverá aplicar no mínimo de 12%; em assim sendo, esta recomendação será
307 para que se compense os gastos realizados com o Programa 997, o qual faz parte da Folha de
308 Pagamento da SES; há necessidade de separar quanto se gasta com os Cargos exclusivamente
309 Comissionados, com os contratados e com os estagiários; a Superintendência de Gestão de Pessoas
310 tenha no sistema, um banco de dados com as informações questionadas pela Comissão pois, só assim,
311 realmente, se fará Gestão de Pessoas/Controle Social/Monitoramento. **Conselheira Alzita Leão** sobre o
312 projeto 4143 que trata da implementação da política de gestão do trabalho do SUS. Tem como dotação



SUS

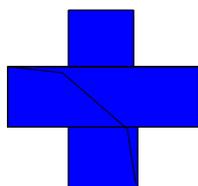
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

313 inicial hum milhão e 34 mil e 139 reais; como dotação final hum milhão e 68 mil e 29 reais. Foram
314 empenhados 985 mil 101 reais e 2 centavos; foram pagos 982 mil e 695 reais e 2 centavos. A comissão
315 questionou a Superintendência de Gestão de Pessoas do por que estão trabalhando indicadores de
316 mortalidade materna e infantil na implementação da política de gestão do trabalho. A justificativa feita pela
317 SGP é que o MS ao observar a necessidade de um plano estratégico de ações para redução das mortes
318 maternas e em crianças menores de um ano solicitou ênfase do papel da atenção básica, da vigilância
319 em saúde, do controle social e da gestão do trabalho. Neste sentido para alcançar os objetivos propostos
320 e como uma das ações prioritárias da gestão do trabalho a ênfase recaiu sobre estratégia para fixação
321 dos profissionais de saúde nos municípios do interior utilizando ações de acompanhamento e
322 monitoramento contínuo da força do trabalho em saúde. Segundo informações são onze os municípios
323 que foram priorizados. A comissão indagou sobre o saldo de 82 mil 927 reais e 98 centavos e a SGP
324 informou que isto se devia a falta de entendimento político, por isso não realizaram o fórum que trataria do
325 Plano de Carreiras do SUS. A seguir, apresentou as recomendações do relatório: altere o levantamento
326 do indicador mortalidade materno infantil, da estratégia do Ministério da Saúde, bem como preocupação
327 da Superintendência de Vigilância em Saúde, Superintendência de Políticas de Saúde, Superintendência
328 de Atenção Integral de Saúde e que a Superintendência de Gestão de Trabalho participa, para o foco
329 voltado a indicador da própria saúde do trabalhador de um modo geral, como por exemplo, saúde mental,
330 saúde física (hipertensão, obesidade, abstinência, diabetes, stress, entre outras); efetue lotação dos
331 servidores cedidos aos Municípios que solicitaram seu retorno, no local em que estavam anteriormente,
332 ou de acordo com a solicitação do referido servidor, neste caso, condicionado ao Atestado de Vaga do
333 local de destino; implante e implemente o Plano Estadual de Segurança e Saúde do Trabalhador,
334 prevendo a promoção, prevenção e recuperação da saúde do trabalhador do SUS; realize processo
335 seletivo para uma equipe mínima do cargo de Profissional de Nível Superior do SUS, Perfil Profissional:
336 Médico, Engenheiro e Enfermeiro com especialidade em Medicina e Segurança no Trabalho, se não
337 houver no Quadro de Pessoal e de Técnico do SUS, Perfil Profissional: Técnico de Segurança do
338 Trabalho; inclua uma equipe mínima de suporte logístico (Psicólogo, Fisioterapeuta, Assistente de
339 Administração, etc.), para operacionalização do referido Plano; promova mais cursos de relacionamento
340 inter e extra pessoal aos servidores lotados na Superintendência de Gestão de Pessoas, sensibilizando-
341 os para prestar um serviço de qualidade aos trabalhadores do SUS; determine às suas gerências
342 homogeneidade nas informações dadas pessoalmente, via processo ou telefone; o Gestão Estadual
343 deverá juntamente com os Deputados, promover o acréscimo no § 1º, do Art. 3ºA, da Lei Complementar
344 nº 322 de 07.07.08, que dispõe sobre cedência de servidores do Poder Executivo, nas três esferas de
345 governo,o seguinte texto: “§ 1º... *“exceto quando pertencerem ao Sistema Único de Saúde”*; o Gestor
346 Estadual deverá juntamente com os Deputados, promover exclusão da alínea “d”, do inciso IV, art. 5º, da
347 Lei Complementar Estadual 338, de 08 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a possibilidade de
348 mudança de carga horária dos servidores do Poder Executivo. **Conselheira Maria Aparecida**
349 recomendou que seja feito gestão junto a SAD para que as publicações tenham mais agilidade.
350 **Presidente** parabenizou a Comissão de Recursos Humanos pelo estudo. Disse que todas as
351 recomendações serão avaliadas pela gestão, mas que existem situações que não está na mão do gestor



SUS

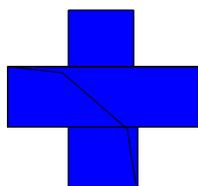
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

352 cumpri-la. **Conselheira Alzita Leão** disse que a preocupação da comissão em ter sugerido a articulação
353 com os deputados é por que está num grupo de trabalho que está reavaliando o PCCS. Se os servidores
354 continuarem impedidos de serem cedidos ou reverem sua carga horária a situação vai ficar complicada.
355 **Conselheiro Ângelo Falcão** parabenizou a comissão pelo exaustivo trabalho e que nela tem pessoas
356 que realmente conhece de recursos humanos. Enfatizou que existem coisas futuras, cujas
357 recomendações são relevantes. Ressaltou que a mesma fez vários questionamentos que devem ser
358 respondidos. Assim sendo, perguntou se o Pleno vai aprovar o relatório com ou sem as respostas.
359 Perguntou se o Pleno vai aguardar que os questionamentos sejam respondidos ou vai votar
360 condicionalmente. **Presidente** disse que a princípio todos os questionamentos já deveriam ter sido
361 respondidos. Alguns dos questionamentos feitos pela comissão são de situações que estão em
362 andamento. A representante da Superintendência de Gestão de Pessoas, **Silvia Tomaz**, esclareceu que
363 a SGP tem planejamento para o período de 2007 a 2011, no qual algumas das recomendações já estão
364 em execução. Por exemplo, o Plano de Segurança em Saúde do Trabalhador. De acordo com o Termo de
365 Compromisso do Pacto temos prazos para cumprimento de metas. Por exemplo, a Implantação das
366 Comissões de Saúde Local de Saúde do Trabalhador. Disse que é importante que os Conselheiros
367 conheçam a gestão do trabalhador da SES e a gestão do trabalho do SUS, em relação a redução da
368 mortalidade materna e infantil. A SGP presta assessoria aos municípios com relação da gestão do
369 trabalho levando as diretrizes do governo federal e do estado. Com relação à capacitação estão em
370 parceria com a ESP e a Saúde do Trabalhador/SUVISA. Disse que estão com uma capacitação em
371 andamento para os servidores de nível médio e para os motoristas. Está sendo elaborada capacitação
372 para gestores. **Conselheira Clélia Brito** perguntou sobre o enquadramento de acordo com a titularidade,
373 dos profissionais que ingressaram no serviço público através da Lei n.º7360. Somente alguns estão com
374 a situação definida atendendo a legislação. **Conselheira Marcey Regina** quanto a Lei Complementar
375 n.º322/08 que dispõe que na hipótese estabelecida pelo caput o ônus de remuneração dos servidores
376 cedidos acrescido os respectivos encargos sociais será o órgão ou da entidade seccionaria, ou seja, se
377 houver transferência o município terá que pagar o servidor do estado. Refletiu, que se o Governo do
378 Estado é um parceiro do município como que os mesmos poderão arcar com o ônus e com a
379 responsabilidade da descentralização do governo do estado. Disse que as secretarias municipais é quem
380 ficou com a maior responsabilidade. Uma das **representantes da SGP** esclareceu que quando a Lei
381 n.º7360 entrou em vigor deixava uma lacuna a situação do enquadramento. Previa as classes de A a C
382 exigindo titularidade, mas não deixava explicito como este servidor seria enquadrado. Naquela ocasião
383 faltava a definição de fluxos de processos como a que tem hoje. É a SAD quem orienta, direciona e
384 homologa todas as decisões de enquadramento. Embora muitos servidores tivessem a mesma
385 titularidade foram enquadrados em classes diferentes. Disso restaram diversos processos judiciais que
386 estão em andamento. **Presidente** informou que hoje temos 897 servidores para 111 municípios do estado
387 que gera para a SES cerca de 2 milhões 900 mil reais por mês, ou 35 milhões por ano. Disse que se
388 continuarmos neste ritmo com intervenção política é melhor que não tem lei para concessão. Se for para
389 atender ao interesse do Sistema tem que ter uma brecha. **Conselheira Alzita Leão** a título de
390 esclarecimento o problema levantado pela Conselheira Clélia Brito é a mesma situação das pessoas



SUS

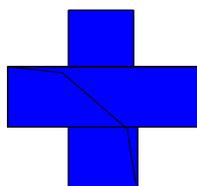
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

391 chamadas 'limbo'. O maior problema neste caso foi de gestão. **Conselheiro Ângelo Falcão** perguntou
392 para a Conselheira Alzita Leão se as ressalvas colocadas estão correlacionadas com as perguntas.
393 Encaminhou que as recomendações tivessem o caráter de 'recomendação futura' e os questionamentos
394 como 'ressalvas'. **Conselheira Alzita Leão** informou que a Comissão de Recursos Humanos fez para
395 cada questionamento uma recomendação. **Presidente** colocou em deliberação o relatório da Comissão
396 com as recomendações e o Pleno aprovou com duas abstenções. **Lucinéia Soares** apresentou os
397 programas do Fundo Estadual de Saúde. O primeiro deles é o Apoio Administrativo que abriga cinco
398 projetos. A Comissão responsável pelo mesmo é de Planejamento e Orçamento cujo Conselheiro
399 Edvande França ficou responsável pela apresentação do relatório. **Conselheiro Edvande França** citou
400 os Conselheiros que participaram da reunião: Getúlio Gonçalves, Ambrosio Moreira e Jose Carlos Bazan
401 cuja relatoria ficou a cargo do assessor da comissão, senhor Mário Sérgio. Adiantou que o parecer da
402 Comissão é de aprovação com ressalvas, tendo em vista os contratos. A empresa não apresentou a
403 quantidade de funcionários contratos bem como os valores. Quanto ao setor de transporte, o
404 Coordenador de Apoio Logístico, senhor Manoel, havia informado que faria a aquisição de pelo menos
405 quarenta veículos, fato que não aconteceu. Disse que até o final deste ano irá para leilão 75 veículos. O
406 total de veículos locados é de quarenta. A recomendação da Comissão é que este patrimônio ativo da
407 SES deve ser repostado, ou pelo menos em 70%, para evitar a dependência dos contratos. Recomendou
408 ainda que os recursos do leilão voltem para o Fundo Estadual de Saúde. Disse que a comissão não tem a
409 informação sobre a quantidade que se gastou em combustível e o valor pago por litro. **Conselheiro**
410 **Ambrosio Moreira** apresentou as reflexões e recomendações do programa: ocorreu suplementação para
411 as fontes 134 e 112, por excesso de arrecadação, próximo ao encerramento do exercício; as dotações
412 iniciais das fontes 240 (aluguel de área no Hospital S. Thomé para torre de telefonia celular) e 261
413 (repasso de convenio) não se alteraram; o conselho não tomou conhecimento sobre o valor do excesso
414 de arrecadação; modificar a situação quanto aos leilões dos bens da SES-MT, eles devem retornar ao
415 FES e não ficar com o tesouro estadual; locação foi por contrato emergencial, para atender a Campanha
416 da Rubéola, sendo que os de médio e grande porte foram devidos a não compra através de licitação;
417 recursos para aquisição das ambulâncias foram com a economia de despesas de oficina; frota é de 119
418 veículos, retirando os que serão leiloados. Foram locados 55; mais 02 vans; foram baixados 61 veículos
419 para leilão; o que economizou na oficina; a data do leilão não tem previsão; até o final de 2009 o total
420 para leilão e de 75; contando com imprevistos a locação é mais econômica do que a compra; não há
421 estudo do custo x benefício; na locação a frota vai menos à oficina e se a duração do conserto for acima
422 de 4 horas, um novo veículo é disponibilizado; sugere menos burocracia para o uso do transporte; estudo
423 do custo x benefício da locação em relação a aquisição; que haja seguro de vida para todos os
424 passageiros e motorista. **Conselheiro Ambrosio Moreira** disse que todas as vezes que for necessário
425 fazer redimensionamento de valores deveremos observar se a área é estratégica naquele momento. O
426 Conselho deve deliberar em cima da arrecadação. Quanto aos leilões observou que todos os bens
427 patrimoniais são leiloados, mas os valores não retornam para a SES. **Conselheiro Edvande França** com
428 relação a suplementação, informou que o valor inicial era de 6 milhões 911 mil e 421 reais, após a
429 suplementação ficou em 13 milhões 625 mil e 645 reais. Embora saibam da aquisição das ambulâncias já



SUS

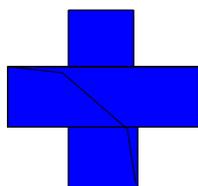
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

430 tinha sido deliberado que toda vez que remanejamentos ou suplementação forem necessários, que antes
431 seja encaminhado para a Comissão de Planejamento ou para o Pleno, fato que não tem acontecido, e por
432 isso aparece a dança dos números. As comissões necessitam de justificativas mais condizentes. Falou
433 que um dos grandes problemas na aquisição está na licitação que está emperrando, está concentrada.
434 Como recomendação apontou que a mesma seja feita pela SES. Disse que todos os programas apontam
435 dificuldades com licitação. **Conselheiro Joacy Leopoldino** solicitou esclarecimentos sobre a locação de
436 imóveis feitos pela SES. Disse que dentro do patrimônio temos muitos imóveis ociosos, inclusive aqueles
437 que pertencem ao Governo Federal e que estão fechados. **Conselheiro Ambrósio Moreira** disse que
438 lhes foi colocado pelo gerente da pasta que até o final do ano seriam leiloados 75 veículos. O Gerente de
439 Transporte, **Nilson Fernandes**, disse que estão encaminhando 61 veículos para serem leiloados.
440 Confirmou que até o final do ano totalizarão 75 veículos. **Presidente** solicitou ao Gerente de Transporte,
441 que tão logo sejam oficializados os encaminhamentos para os leilões, seja também encaminhada cópia
442 para o Gabinete do secretário, pois deseja acompanhar e cobrar da SAD o retorno do recurso para o
443 FES. **Conselheiro Ambrosio Moreira** informou que quando da contratação da empresa Doc Center a
444 sua comissão já questionava os valores do contrato. Encaminhou que deve ser disponibilizado para a
445 comissão estudo sobre a viabilidade do mesmo. Reiterou que o Pleno deve aprovar todos os contratos e
446 convênios. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** informou que os aluguéis não estão inseridos no Programa
447 036, mas em cada programa específico como serviço prestados por terceiros, pessoa física. A Comissão
448 está tentando entender os pagamentos de aluguéis e outros para pessoa física, pois tem alguns serviços
449 prestados no valor de 26 mil reais e 76 mil reais por mês. **Conselheiro Joacy Leopoldino** contestou o
450 aluguel que a SES recebe de uma antena instalada no terreno do Hospital São Tomé no valor de 8 mil
451 reais por mês. Disse que o valor não compensa pela ofensiva que este campo eletromagnético causa
452 naquela área. A SES como instituição de saúde deveria ficar atenta aos riscos desta energia invisível nos
453 órgãos e tecidos moles das pessoas. **Conselheiro Ambrósio Moreira** com relação ao patrimônio a
454 Comissão solicitou esclarecimentos para um GT que realizou o levantamento. Quanto aos veículos existe
455 apenas seguro para os automóveis e não para quem anda nele. A Comissão recomenda que os
456 passageiros também sejam segurados. **Presidente** disse que todos os contratos de aluguéis constam no
457 empenho como contrato de aluguel, objeto locação de imóvel. Quanto aos veículos disse que o maior é a
458 sua manutenção. Os carros que serão leiloados são relativamente novos, mas estão gastando quase o
459 valor dele em manutenção por ano. Na locação a SES não tem despesa com manutenção. No entanto,
460 disse, que deverá analisar a questão (da aquisição) sob o ponto de vista do custo-benefício. Há
461 possibilidade de comprar veículos com o valor que for apurado nos leilões. **Conselheiro Edvande França**
462 disse que o Conselho já havia sido informado anteriormente pela área técnica que a locação fica mais
463 barata que aquisição, no entanto, a preocupação da comissão não é esta. Com a crise econômica
464 mundial pode cair a receita do estado ficando sem recursos para pagar estes contratos, ou até mesmo a
465 empresa pode ficar sem condições de honrar o contrato, por se tratar de grande numero de veículos.
466 Disse que com o leilão da frota própria a SES vai ficar 75% dependente desta empresa. Portanto, a
467 Comissão estava encaminhando que adquira veículos próprios e melhore a qualidade da oficina. O
468 grande problema da frota é a baixa qualidade do conserto. **Presidente** colocou em deliberação o parecer



SUS

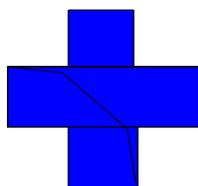
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

469 da Comissão de Planejamento e Orçamento e o Pleno aprovou por unanimidade. **Conselheira Maria**
470 **Aparecida** solicitou que o relatório (apresentação do balanço) da Comissão de Planejamento tenha
471 clareza para demonstrar onde foram gastos as suplementações. Quanto a recomendação do Conselheiro
472 Joacy Leopoldino (contrato da antena) o presidente vai analisar o contrato, pois de acordo com
473 informações existe encaminhamento para rescisão do mesmo. **Lucinéia Soares** informou que o próximo
474 programa é da Gestão da Tecnologia da Informação, que possui apenas um projeto: Modernização da
475 Tecnologia. A Comissão responsável pela apresentação do relatório é de Comunicação e Informação em
476 Saúde. **Conselheiro Joacy Leopoldino** disse que o objetivo específico da ação é coordenar e executar
477 os projetos de informação visando a qualidade dos serviços e desenvolver produtos para auxiliar a
478 administração da SES, gerando transparência de suas ações para os usuários do SUS. Apresentou os
479 questionamentos do programa: fonte 112 sem dotação inicial, dotação atual por crédito adicional especial
480 o valor não foi utilizado; os andamentos do site para o CES uma vez que este veículo de comunicação
481 com os Municípios é de vital importância; disponibilização das ferramentas por parte da CTI as demais
482 unidades desconcentradas como é feita e se é padronizada; há ordem do Governador para implantar a
483 Infovia que será fibra óptica e ondas de rádio; há dotação específica cujo valor foi decidido pelo executor
484 do projeto: CEPROMAT. De acordo com a Lei Federal nº 8142/90, Artigo 02, Parágrafo Único, estabelece
485 que os recursos do SUS devem ser investido exclusivamente em ações e serviços de saúde. Questiona-
486 se a Legalidade deste investimento via recurso SUS; a SES utilizara Data Center do Estado (serviços de
487 Informática terceirizados); existe um estudo, a curto e longo prazo, sobre a não priorização da compra de
488 bens para efetuar locação; desenvolvimento de sistemas contempla a área de saúde, quando for
489 corporativa a política e pela contratação do CEPROMAT ou outra empresa (CEPROMAT possui
490 orçamento, por que o envio de contra partida da SES); senhor Eliseu esclareceu que contingenciamento e
491 através de Decreto, sendo que em 2008 não ocorreu. A seguir, apresentou as recomendações do
492 programa: Solicitamos esclarecimento sobre o valor de R\$ 10.000,000 que foi alocado e estornado e
493 crédito adicional especial; melhoria da tabela utilizada na apresentação perante o CES; instituir a
494 ferramenta “voz sobre IP” solicita estudo para implantação; a deliberação e do COSINTI; uma vez que o
495 comunicador de mensagem instantânea foi contra-indicado por desviar o tempo dos agentes públicos e
496 sobrecarregar a rede; doação aos Municípios quando os bens se tornarem obsoletos, mas estiverem em
497 bom estado; conforme relato do Sr Jorge encontra-se em andamento um processo no qual o mesmo
498 solicita a reposição de 02 técnicos a COTINF. Jorge afirma que os profissionais são de grande
499 importância para o andamento das solicitações de modificação, construção e manutenção à web sites
500 pertencentes à SES; criação de uma política de conteúdo, com a criação do cargo de gestor de Conteúdo
501 que tem por finalidade promover a interação entre grupos de trabalho como parte da política
502 (Superintendências, Coordenadorias e Diretorias) e técnica (TI e Assessorias de Imprensa) para que haja
503 padronização de conteúdos e partes estética dos sites. Informou que a proposta é conveniente desde
504 que Controle o Fluxo da SES, colaborando com todas as áreas padronizando a forma Estética (cor,
505 padrões de tamanho de fontes, fontes, etc.) e formatação de conteúdos. **Conselheira Clélia Brito**
506 justificou a solicitação de contratação dos dois servidores para a TI, tendo em vista o atraso na entrega
507 dos trabalhos solicitados pelos setores. Informou que na reunião da Comissão, os representantes da TI,



SUS

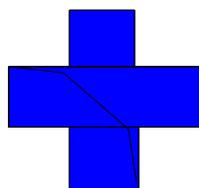
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

508 senhores Jorge e Eliseu, falaram da importância desta contratação. **Conselheiro Joacy Leopoldino**
509 reiterou que é imprescindível a construção da página do Conselho Estadual de Saúde, pois a solicitação
510 feita pelo Conselho à TI já completou dois anos. **Conselheiro Getúlio Gonçalves** com relação à
511 publicidade institucional e propaganda da SES, disse que esta política está falha. **Presidente** quanto à
512 contratação solicitada pela TI afirmou que é relativa, de acordo com o ponto de vista da gestão.
513 **Conselheiro Ambrósio Moreira** disse que o CES precisa ter banco de dados à sua disposição para
514 atender as necessidades de suas ações. Disse para a Comissão de Comunicação que ela não pode ficar
515 solicitando serviços como 'se estivesse com o pires na mão'. Ela tem que usar as determinações do
516 Conselho, pois as metas deste Colegiado devem ser alcançadas, temos metas a cumprir, pois dentro do
517 planejamento estamos visando o fortalecimento do controle social. **Presidente** colocou em deliberação o
518 relatório da comissão com as recomendações e o Pleno aprovou por unanimidade. **Lucinéia Soares**
519 informou que na seqüência seriam apresentados os programas da área finalística. Programa 273,
520 Assistência Farmacêutica, com quatro projetos. A Comissão de Política de Medicamentos estava
521 responsável pela apresentação do relatório. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** informou que o programa
522 sofreu incremento de quase 100% em comparação com a dotação inicial e final. Grande parte destes
523 recursos é oriunda do tesouro federal. O programa está com saldo disponível de 2 milhões e 100 mil
524 reais. Com relação aos recursos que são utilizados, além da ação, cada ação que a SES desenvolve no
525 programa tem custo em termos de diárias, de pessoal, de pagamento de serviços de terceiros. Disse que
526 quando a dotação sofreu incremento, a Comissão não conseguiu visualizar nesta ação as aplicações
527 disponibilizadas, ou seja, quando o Conselho discutiu o Plano de Trabalho de 2008, deliberou pela
528 aplicação de 38 milhões de reais. Com a suplementação no programa a Comissão ficou sem saber onde
529 foram gastos os outros 32 milhões. Disse que cada Hospital tem uma dotação orçamentária e a
530 Coordenadoria de Assistência Farmacêutica faz a gestão do fluxo dos medicamentos. A Comissão
531 questionou a CAF se os Hospitais têm a dotação porque ele não comprava os medicamentos. Com
532 relação a contrapartida do Estado para aquisição de medicamentos excepcionais da fonte 112, tem uma
533 empresa encarregada da logística (recebimento, armazenamento e distribuição), sendo que a CAF faz o
534 registro de preços. A empresa recebe e passa a ser responsável pelos insumos para dispensação, a CAF
535 autoriza. Disse que assim que funciona o fluxo de medicamentos. Quanto ao Hemocentro, ele possuía
536 estoque para um ano antes da terceirização e que atualmente está com almoxarifado local, com estoque
537 mínimo para sete dias, com sistema de controle on line. Encontram mudanças de rotinas e de cultura. O
538 Hemocentro está com dificuldades em aceitar estas mudanças. Disse que às vezes as Unidades
539 aguardam a reposição do estoque, mas o sistema que faz o gerenciamento on line falhou. Disse que
540 estes são problemas que estão sendo discutidos e avançando. Uma vez que a SAD não possui domínio
541 da área torna o processo de aquisição trabalhoso, demorado e com possibilidades de falhas, causando
542 prejuízos as unidades solicitantes. A base do medicamento é o princípio ativo sem possibilidades de
543 amarras na palacitação. Disse que este é um problema na licitação, pois vê o medicamento pelo menor
544 preço e não pela qualidade. Disse que o sistema de aquisição de medicamentos tem que ser gerenciado
545 exclusivamente pela Secretaria de Saúde. Se trabalharem por princípio ativo, a Comissão solicitou
546 informações sobre como ficaria a homeopatia. A Farmácia de Alto Custo possui dois tipos de controle:



SUS

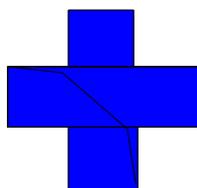
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

547 registro dos nomes dos agentes para o qual o insumo passou e o outro para o controle de insumo, tudo
548 com geração de guias com código de barras. Disse que a cada ano a demanda tem aumentado incluindo
549 novos insumos e normas para medicamentos. A justificativa da CAF para o valor programado de 100 mil
550 reais com passagens aéreas foi que a mesma é muito convocada pelo Ministério da Saúde para participar
551 de eventos e congressos. Disse que o alto volume de diárias, quase cinco mil, que eram necessárias se
552 dá em função dos armazenamentos que são feitos nos municípios além da necessidade de capacitação.
553 A Comissão questionou também a grande quantidade de passagens terrestres se a SES tem transporte e
554 passagem aérea. A justificativa foi para o deslocamento dos técnicos dos ERS para Cuiabá para
555 capacitação no controle de medicamentos. Quanto ao atendimento de liminares judiciais, disse que no
556 PTA os medicamentos de alto custo tiveram incremento fantástico, pois de 4 milhões iniciais saltou para 9
557 milhões com recurso do tesouro estadual e de 18 milhões iniciais do tesouro federal saltou para 33
558 milhões. Disse que em todo programa é possível ver que todos os recursos duplicados foram para
559 comprar medicamentos, especificamente, fato que não consegue visualizar nos demais programas. Disse
560 que a comissão (de planejamento e orçamento) estava querendo discutir e entender o saldo positivo, a
561 sobra de caixa. Se isto faz parte os 12,02% que a SES aplicou em saúde em 2008. Encaminhou que a
562 Comissão de Medicamentos estava encaminhando pela aprovação deste programa, principalmente na
563 ação 2967 que atendeu seu objetivo e que as dúvidas permanecem na gestão administrativa que se
564 refere ao incremento de hum milhão e 800 mil reais que a mesma não conseguiu enxergar, mas a equipe
565 (da CAF) assumiu o compromisso de entregar documento demonstrando onde foram gastos estes
566 recursos. **Conselheiro Antonio Cordeiro** quanto aos gastos em medicamentos de alto custo, tem saldo
567 de dois milhões, sendo que foram empenhados 58 milhões. Como existe saldo de 45 milhões e 461 mil na
568 SES, disse que poderiam repassar pelo menos 10 milhões para compra de medicamentos para encerrar
569 com as liminares judiciais resolvendo os problemas de medicamentos. **Edna Marlene** informou que
570 cumprindo a deliberação do Conselho em relação aos encaminhamentos da Comissão de Medicamentos,
571 relativos às dificuldades de acesso aos usuários do SUS aos medicamentos fora de protocolo. Hoje a
572 Comissão se reuniu com o Secretário de Saúde e a Coordenadora da CAF e representantes da
573 OGSUS/CES e reiterou que fosse devolvido para a CAF, os processos relativos ao período de janeiro a
574 março, para assinar os boletins informativos que estavam sendo dados como respostas aos usuários.
575 Disse que retornarão para a CAF cerca de 600 processos. Informou que quanto aos itens dois e três do
576 relatório da comissão sobre os boletins informativos, foi sugerido nesta reunião que os usuários do SUS
577 com dificuldade a medicamentos fora de protocolo deverão ser orientados a procurarem a Gerência de
578 Medicamentos excepcionais da CAF para obter informação através de boletim que irão elaborar para
579 informar a disponibilidade do medicamento para o usuário, contendo assinatura, data, nome do paciente e
580 informação a respeito do medicamento. De acordo com esta sugestão, informou que a Ouvidoria ficaria
581 impossibilitada de abrir processos de reclamação. Disse que isto merece melhor debate entre as
582 comissões e enquanto isso não acontece a OG vai fazer relatório mensal sobre a vinda dos usuários na
583 CAF e na OG. Disse que o relatório da comissão recomendava no item seis que fosse realizada reunião
584 intersetorial, mas fora solicitado pelo Secretário que aguardasse a realização de audiência pública
585 nacional que tratará sobre medicamentos. **Presidente** informou que o Ministro Gilmar Mendes está



SUS

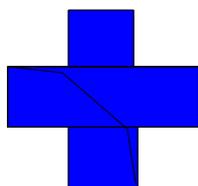
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

586 convocando audiência pública nacional para discutir a obrigatoriedade ou não do SUS atender os
587 medicamentos excepcionais através de liminares. Disse que esta audiência terá encaminhamentos e por
588 isso devemos esperar o resultado para fazer trabalho condizente com novas diretrizes nacionais. **Edna**
589 **Marlene** lembrou que está deliberado pelo Pleno reunião entre as duas comissões (Medicamentos e
590 Ética) para trabalhar os itens do relatório. **Conselheira Suely Correa** informou que a data da audiência
591 será em 27 e 28 de abril, em Brasília. Terá como um dos objetivos ouvirem depoimentos de pessoas com
592 experiência e autoridade em matéria do SUS com vistas a esclarecer as questões técnicas, científicas,
593 administrativas, política, econômica e jurídica de saúde. **Conselheira Alzita Leão** que até ser realizada a
594 audiência e sua resolutividade, perguntou ao Presidente e Gestor da SES se através de sua portaria
595 estadual não poderia estar implementando-a com estes medicamentos ou alguns deles. **Presidente** disse
596 que vai se reunir com a CAF para verificar esta questão. **Conselheira Marcely Regina** ressaltou que faz-
597 se necessário fortalecer a atenção básica. Disse que a preocupação está em torno de medicamentos,
598 médicos e hospitais. **Presidente** colocou em deliberação o relatório da Comissão com as recomendações
599 e o Pleno aprovou por unanimidade. **Presidente** encaminhou que a partir do próximo programa fosse
600 apenas anunciado o título e a palavra fosse da comissão responsável pela apresentação do relatório, com
601 objetivo de agilização. Aprovado. Programa Fortalecimento da Atenção Básica a partir da Estratégia da
602 Saúde da Família, pela Comissão de Atenção Integral à Saúde. **Conselheira Clélia Brito** solicitou que o
603 Pleno deliberasse se a mesma poderia apresentar os encaminhamentos, emitidos pela Comissão em
604 todos os programas que a ela estava pertinente: 274, 275, 276 e 279. O Pleno deliberou que a
605 Conselheira apresentasse os encaminhamentos de forma generalizada, que abrangia todos os programas
606 que a comissão estava responsável. **Conselheira Clélia Brito** informou que todos os programas têm
607 saldo, restos a pagar. A Comissão estava preocupada com a questão financeira do programa, pois não
608 tinha avaliação qualitativa em relação a cada ação. Na ocasião das reuniões foram apresentados apenas
609 números. Disse que restou para a comissão o questionamento para onde tinha ido aquele saldo financeiro
610 e qual o critério utilizado para suplementar determinado programa. Para a comissão não ficou claro que
611 ações foram desenvolvidas e qual o financeiro que permitia o desenvolvimento destas ações. A Comissão
612 não conseguiu entender a avaliação do Sistema SIGPLAN. A área técnica não conseguiu esclarecer
613 porque determinado programa recebeu conceito a, b ou c, pelo Sistema. Os conselheiros precisam saber
614 quais teriam sido os entraves da baixa avaliação, se problemas na licitação ou outros. A comissão
615 percebeu que embora a dotação orçamentária, o planejamento das ações o empenho foi feito com atraso,
616 ocasionando correria para desenvolver a ação com vistas a atingir a meta. Ficou obscura quais ações
617 sofreram cortes para que sobrasse recurso para desenvolver aquelas que decidiram que seriam
618 prioritárias, faltando clareza sobre os impactos das ações executadas. **Conselheiras Clélia Brito e Suely**
619 **Correia** dividiram parceria na apresentação das recomendações: impactos das ações executadas;
620 avaliação quantitativa; superávit financeiro: como avaliar o não uso desse recurso e tendo alcançado a
621 meta?; apresentar o resultado, o controle e a avaliação das ações; apresentar o RAG de forma
622 orçamentária financeira e analítica; rever a licitação e terceirização na SES, por serem grandes entraves
623 no cumprimento das metas; averiguar a necessidade de profissionais para atender na supervisão da
624 saúde mental dos CAPS implantados; investir nas pesquisas em instituições públicas das causas de



SUS

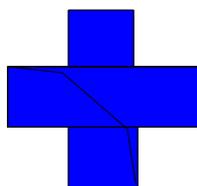
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

625 mortalidade materno infantil em MT, tendo em vista o alto índice de mortalidade neo natal e neo natal
626 tardia; dotação orçamentária para o comitê de mortalidade materna infantil investigar os casos de
627 mortalidade, morbidade e agravos no Estado; comitê de mortalidade materna infantil - promover debates
628 com parceiros, comunidade, grupos de mulheres, associação de moradores; ter os insumos de nutrição
629 nos serviços básicos dos Municípios; o acompanhamento não deve somente se ater ao acompanhamento
630 do Pré Natal e vacinação. Há necessidade de investigar e investir na questão da violência familiar e
631 sexual, ao ser acompanhado os programas de bolsa família. Envolver também comitês, grupos de
632 mulheres, pastorais da saúde; melhorar o acesso à suplementação alimentar (em situações clínicas)-
633 suplementação de ferro, cálcio para crianças e gestantes; investimento na Política da Saúde do Idoso;
634 pesquisa 2022: idosos e adolescentes 40%; promover seminários, fóruns e debates nos bairros em todos
635 os municípios do agronegócio; incluir como parceiros o Ministério Público, Universidades (UFMT e
636 UNEMAT), Organizações, Comunidade e Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente; fazer cadastro dos
637 municípios com agravos decorrentes do agronegócio; realizar cursos de capacitação em radiologia
638 através da Escola de Saúde Pública; verificar se há vagas suficientes para citotécnico no Concurso para
639 cobrir a necessidade dos exames de câncer de útero; monitorar as unidades primárias onde existe a
640 Estratégia de Saúde da Família; criar unidades de cuidados intermediárias (UCIs) – Cuiabá, Várzea
641 Grande, Cáceres e Rondonópolis , com extensão onde há risco iminente (Peixoto de Azevedo, por
642 exemplo); introduzir a AMQ-Avaliação Melhorada da Qualidade na portaria 113; modelo de atenção a saúde
643 como política de Estado; assegurar à equipe de Saúde de Família nas mesmas condições dos agentes de
644 saúde; desenvolver uma ação qualitativa para resultar em impactos no PTA; promover seminários, fóruns
645 e debates nos bairros em todos os municípios do agronegócio; implantar a política de educação
646 permanente no COSEMS, através do Projeto Rede; melhorar o acesso à rede de internet no
647 HEMOCENTRO; ter estoque mínimo específico por unidade – pelo menos as mais emergenciais; emenda
648 suplementar para contemplar a Escola de Saúde Pública na aquisição de alimentos para cursos e
649 eventos; aumentar recursos para o Programa de Saúde de Família (PSF); implantar o NASF-Núcleo de
650 Apoio à Saúde de Família; implantar na Atenção Básica as Práticas Integrativas (Homeopatia,
651 Acupuntura, Massoterapia, fitoterapia, Yoga, Lian cun e outras); regularizar o PSF através de concurso
652 público no modelo dos agentes de saúde ou como política do Estado; buscar parceria entre o CRIDAC e o
653 Hospital Sarah Kubitschek (tem um sensor que ajuda a evitar escara); efetuar projeto de prevenção das
654 causas externas como acidente automobilístico (principalmente de motocicletas), conforme dados das
655 últimas pesquisas que indicam elevados percentuais; construir o anexo no edifício sede da SES (CPA)
656 para assegurar a acessibilidade conforme Temo de Ajuste de Conduta entre o Ministério Público e o
657 Governo do Estado; efetuar urgente licitação pela SAD-MT para conclusão das obras; capacitar os
658 agentes públicos efetivos dos Municípios para possibilitar melhor desempenho nos monitoramentos dos
659 dados de saúde; informar e assegurar ao CES as vagas de pós-graduação em especialização oferecidas
660 pela FIOCRUZ. Quanto ao superávit financeiro a comissão perguntou como poderiam avaliar o não uso
661 desse recurso tendo alcançado a meta. **Conselheira Clélia Brito** com relação a ESP informou que a
662 mesma não participou do processo licitatório. A Comissão sugeriu, que dada a importância do Programa
663 de Saúde da Família ele deixe de ser uma estratégia e passe a ser uma política de estado. **Conselheira**



SUS

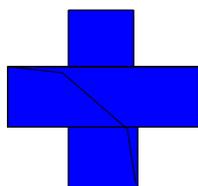
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

664 **Suely Correa** que a comissão estava encaminhando implantar na atenção básica as práticas integrativas,
665 tais como, fitoterapia, homeopatia, massoterapia, ioga e outras. Quanto às parcerias disse que elas
666 devem ser estendidas para além da FIOCRUZ, como a UFMT e UNEMAT que conhecem a realidade do
667 estado. Melhorar a rede de acesso no Hemocentro e ter estoque mínimo especifica por unidade. Sugeriu
668 ainda emenda suplementar para contemplar a ESP na aquisição de alimentos para os cursos e eventos,
669 visto que a mesma não tem dotação orçamentária para alimentação. **Presidente** disse aos Conselheiros
670 que quer o nome do técnico que lhes disser que o problema com a licitação está na SAD. Disse que este
671 problema está mais na SES do que na SAD. Ressaltou que o problema é nosso e temos que enfrentá-lo e
672 não jogar a culpa nos outros. **Conselheiro Ambrósio Moreira** enfatizou que não diria os nomes de
673 técnicos, mas de acordo com indicadores do não cumprimento de metas a licitação se transformou num
674 dos maiores entraves. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que está escrito no relatório que 'a SAD
675 não possui domínio da área tornando o processo trabalhoso, demorado e com possibilidades de falhas.
676 Não atende por descritivos distintos causando prejuízo no atendimento da unidade solicitante. A base do
677 medicamento é o princípio ativo sem possibilidades de amarras na licitação'. Ressaltou que quem prestou
678 esta informação foi a CAF, bastando o Presidente pegar a relação dos técnicos que estavam presentes
679 no dia da reunião da Comissão de Medicamentos. **Presidente** mas quem faz a avaliação (da licitação) lá
680 (na SAD) é a equipe da Secretaria de Saúde. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** solicitou que o Presidente
681 convoque a equipe da CAF para esclarecimentos, pois agora os próprios Conselheiros ficaram confusos.
682 Informou que chegou o relatório dos gastos da SES referente ao mês de janeiro de 2009. A Comissão de
683 Planejamento e Orçamento não está conseguindo acompanhá-lo, porque o relatório de diárias está sendo
684 encaminhado por escrito, nominal. Por exemplo, informa que determinado técnico recebeu oito diárias,
685 mas não consegue identificar por qual setor ele viajou. Os problemas, as medidas e as ações não estão
686 atreladas, tornando impossível acompanhar fato que vem ocorrendo desde o mês de setembro de 2008.
687 No relatório constam dois empenhos com agências de turismo no mês de janeiro de 2009. Disse que não
688 tem no PTA nenhum empenho neste valor. Disse que imagina que juntaram vários programas que
689 tenham viagens neste mês e colocaram num único 'bolo financeiro'. Disse que no ano passado a SES
690 pagou 70 mil reais para um frentista que atende a SAD no local de abastecimento de combustível. Disse
691 que não tem clareza se a SAD pagou ao frentista ou se cada secretaria se juntou para paga-lo. Reiterou
692 que o pagamento foi feito para o frentista e isto está na área do transporte na prestação de contas por ele
693 apresentado aos conselheiros. Assegurou que está ficando acompanhar os gastos da SES pelo PTA
694 2009 e que todas as comissões do Conselho estão começando a enxergar isso. Registrou que na
695 apresentação do trimestre vai obrigar a apresentar o detalhamento desta conta. **Presidente** disse para o
696 Superintendente de Planejamento e Orçamento que se não estão conseguindo explicar para os
697 Conselheiros, tem alguma coisa errada nas áreas técnicas. Disse que temos que identificar onde está o
698 problema. Disse que ficou preocupado, pois os Conselheiros podem ter a impressão de que está tudo
699 errado. Disse que existe um contrato de gestão conjunta e que não estão pagando o
700 frentista. **Conselheira Maria Aparecida** com relação a ESP, esclareceu que a comissão recebeu a
701 informação que por questões de encaminhamentos da SES a Escola não conseguiu colocar no seu
702 orçamento para este ano, 2009, em um pregão que já ocorreu, a alimentação dos cursos que ela tem



SUS

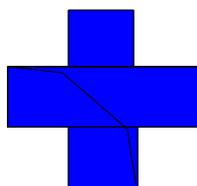
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

703 programado para o futuro. A comissão sugeriu um pregão suplementar específico para esta questão, ou
704 que se colocasse todo o saldo que tem para alimentação e fosse gastando porque no mês de agosto terá
705 novo pregão. Até o mês de agosto deste ano a ESP não tem como comprar alimentação por questão de
706 organização interna. Com relação ao que fora apresentado dos programas ficou preocupada com as
707 metas que não foram atendidas na questão do idoso, adolescente e da saúde mental. Disse que os
708 indicadores de metas chegam a 36%, 50% embora tenham recursos. Disse que precisam detectar as
709 falhas que houveram para que sejam corrigidas. **Conselheiro Edvande França** quanto a ESP lembrou
710 que no passado fora devolvido recurso no valor de 4 milhões para o governo federal. Disse que por isso
711 ficava preocupado quando fala que devem suplementar recursos para a ESP. A Escola tem problemas
712 com a execução, por isso encaminhou que em algumas capacitações fosse feito repasse fundo a fundo
713 para os municípios, através do Pacto, para que eles executem. Disse que um dos exemplos que a ESP
714 não consegue executar está na capacitação de conselheiros que há dois anos está sendo debatida.
715 **Conselheira Alzita Leão** com relação ao curso de citotécnico lembrou que ele está garantido em nosso
716 Plano de Cargos e Carreiras e espera que a ESP forme mais servidores do SUS em citotécnico, pois os
717 poucos que temos formaram-se no Rio de Janeiro. **Conselheiro Edmilson Xavante** disse que a
718 população indígena no estado está em torno de 42 mil pessoas de 32 etnias. A questão da saúde desta
719 população não tem sido debatida pela falta dos seus representantes neste Conselho. Disse que não
720 pretendem pleitear ações isoladas de saúde, por que todos os programas são para os municípios e o
721 indígena em determinada região é um município. Disse que está faltando melhorar o diálogo entre a SES
722 e o Distrito Sanitário que são quatro dentro do estado. Precisamos que se garanta o acesso aos
723 indígenas na rede de atendimento do SUS. **Conselheira Marcelly Regina** quanto a estender a parceria
724 com a FIOCRUZ, UFMT e Unemat, solicitou incluir o COSEMS pelo trabalho que tem realizado através do
725 projeto REDE com cursos de capacitação de gestão, introdutório de saúde da família e outros. Quanto ao
726 controle social disse que na época enquanto fora Conselheira Municipal de Saúde fez solicitações para
727 educação permanente aos Conselheiros e espera, enquanto Conselheira Estadual, que a SES, o CES
728 junto com a ESP execute esta política o mais rápido possível. Quanto às práticas integrativas elas podem
729 estar inseridas nos NASF para o fortalecimento da atenção básica. **Conselheiro Getúlio de Paula** quanto
730 a atenção básica, reiterou a sua importância e enquanto ela não for priorizada os indicadores e índices
731 não vão melhorar. Ressaltou que nas discussões de todas as comissões a licitação apareceu como
732 entrave pelas equipes técnicas. Disse que o RAG, através do SIGPLAN, apresentou no Sistema avaliação
733 correta de programas e projetos com índices de deficiente e ineficiente. No seu ponto de vista a licitação
734 não é a grande culpada; muitas pessoas precisam trabalhar com eficiência. Disse que todas as cidades
735 pólos estão entrando em desespero na assistência tendo em vista que a atenção básica, os PSF não
736 funcionam. **Conselheiro Jose Carlos Bazan** disse que no componente indígena a Comissão de Saúde
737 Indígena tirou duas recomendações para si própria: programa de sensibilização com as prefeituras para
738 atendimento da atenção secundária e terciária e acompanhar a atuação da FUNASA na atenção básica.
739 O COSEMS pode assumir o compromisso com a Comissão para capacitar os prefeitos para o
740 atendimento das atenções secundária e terciária que é de responsabilidade das prefeituras. O COSEMS
741 também deve debater com os gestores o fortalecimento dos Conselhos com dotação orçamentária e que



SUS

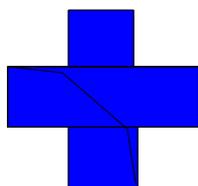
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

742 os prefeitos e Secretários de Saúde assinem as resoluções deliberadas pelos Conselhos. Disse que caso
743 o COSEMS assumira este compromisso poderão conversar com os mesmos. **Lucinéia Soares** informou
744 que a Comissão de Atenção Integral estava responsável por quatro programas, por isso apresentou
745 relatório consolidado. **Presidente** colocou em deliberação os relatórios dos programas com as
746 recomendações e o Pleno aprovou com três abstenções. Programa 277, Processo de Gestão da SES,
747 Comissões de Planejamento e Orçamento e Ambulatorial e Hospitalar, cuja apresentação do relatório
748 estava sob a responsabilidade da primeira. **Conselheiro Getúlio Gonçalves** apresentou os
749 questionamentos e recomendações de cada projeto do programa: que o Estado precisa de uma Política
750 para combater a dependência química. Os conselheiros *cobram* a questão da acessibilidade do cidadão
751 aos serviços de doença mental, assim como da melhoria dos serviços. Foi detectada a falta de leitos para
752 doentes do sistema, comentou ainda que quase 50% dos leitos estão disponíveis para a justiça. Trataram
753 a dificuldade de vagas e no encaminhamento de dependentes químicos, assim como a Redefinição das
754 políticas intersetoriais para alcançar qualidade de vida. Foi proposta discussão mais ampla sobre a
755 temática da Saúde Mental. Os conselheiros e técnicos defendem que tendo em vista os problemas da
756 área e a demanda reprimida devemos discutir uma Política Estadual de Saúde mental. Por fim,
757 propuseram a realização de um “Seminário de Política de Saúde mental”, ficando definido que a equipe
758 técnica apresentará a proposta do seminário à administração de setor e ao conselho para os devidos
759 encaminhamentos. Informou que a equipe técnica do Ceope apresentou os resultados dos atendimentos
760 pelo Centro. A maior dificuldade para atender os seus pacientes segundo a equipe técnica é a questão
761 da anestesia geral, pois até agora não foi possível realizar um acordo com um hospital no atendimento ao
762 procedimento para que os pacientes especiais possam estar aptos para as intervenções cirúrgicas.
763 Quanto ao Cermac foi tratada das dificuldades e os entraves que o órgão esta tendo para a realização
764 das ações, mas mesmo assim as atividades tem sido realizadas. A dermatologia foi passada para Cuiabá.
765 Mas a questão da hanseníase esta complicado. Endocrinologia, cardiologia também foram
766 encaminhados. Oncologia e mastologia foram assumidas pelo Julio Muller. A questão da Obesidade foi
767 passada para o HGU e até agora não foram iniciados os procedimentos. Alguns serviços ambulatoriais
768 ainda continuam no Cermac como a DST/AIDS, pneumologia, crie e outros. Iniciada a discussão os
769 conselheiros colocaram a questão da municipalização. O conselheiro Ambrósio falou que essa questão
770 virou um imbrólio muito complicado. Os Conselheiros presentes decidiram encaminhar um Ofício Pedindo
771 um Relatório detalhado sobre as ações de Municipalização e Descentralização de serviços do CERMAC.
772 Os Conselheiros decidiram também solicitar a SES e SMS de Cuiabá a Retomar o diálogo sobre a
773 municipalização dos Serviços do Cermac. Quanto aos Hospitais Regionais os conselheiros sentiram muita
774 discrepância nos números apresentados em relação aos serviços oferecidos por cada hospital. E dado à
775 complexidade dos atendimentos a Comissão decidiu estudar mais os números para que possa exarar um
776 parecer de possíveis sugestões para uma melhoria nos serviços prestados. Quanto a efetivação da
777 gestão de planejamento e finanças os Conselheiros falaram sobre a importância do planejamento, e
778 pediram o aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação e acompanhamento da execução das
779 atividades, através dos instrumentos legais de planejamento e a revisão periódica da LDO - LOA e do
780 PPA - PTA e do Relatório de Ação Governamental - RAG. Quanto a modernização administrativa e



SUS

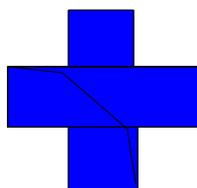
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

781 melhoria da gestão, informou que o objetivo específico é de melhorar a eficiência da área instrumental do
782 SES. Os Conselheiros sugeriram para setor realizar pesquisas de procedimentos no objetivo de melhorar
783 a eficiência dos serviços, principalmente em relação ao sistema de licitação que é de uma ineficiência
784 total, e que, via de regra, esta atrapalhando de sobremaneira a execução orçamentária da SES, assim
785 como a eficiência dos programas e projetos. O Conselheiro apresentou a seguinte observação: Os
786 Conselheiros pediram a apresentação de SIGplan dos vários setores técnicos que foram apresentados. A
787 análise da Secretaria de Planejamento em relação a execução orçamentária, comprova a observações e
788 até as críticas que os Conselheiros fizeram em relação a cumprimento das atividades e tarefas que
789 estavam planejadas no PTA e que não foram cumpridas. Por fim, pediu o aperfeiçoamento dos
790 instrumentos de avaliação, como o RAG e outros. Por solicitação do **Presidente** na seqüência será
791 apresentado o último programa e após isso será aberto os debates. Programa 278, Processo de Gestão
792 do SUS, pelas Comissões: Comunicação e Informação, Monitoramento e Cooperação Técnica,
793 Ambulatorial e Hospitalar e de Recursos Humanos e Saúde do Trabalhador. **Conselheira Clélia Brito**
794 ficou responsável pela apresentação do relatório. Disse que este programa foi apresentado anteriormente,
795 restando apenas uma recomendação referente a auditoria que não constou da apresentação: que todos
796 os relatórios de auditoria sejam encaminhados para o Pleno, para conhecimento e acompanhamento com
797 vistas a subsidiar os trabalhos das comissões, promover o estreitamento de relação entre Conselho,
798 Auditoria e Comissão de Monitoramento e cobrar providências da área técnica sobre as providencias que
799 foram tomadas quanto as recomendações que constam dos relatórios. Lembrou que a auditoria atingiu
800 apenas 80% das metas tendo em vista os problemas em decorrência das eleições municipais.
801 **Conselheira Jucélia Clara** informou sobre a expectativa dos municípios quando existem estas ações,
802 tanto do denunciado quanto do denunciante, pois ficam aguardando respostas dessas ações. Disse que
803 estas ações devem ser monitoradas para saber das providencias que foram tomadas em relação as
804 recomendações. Quanto ao controle e avaliação, os municípios que estão em gestão Plena não estão
805 alimentando o Sistema de Informação. Os conselheiros questionaram se mesmo com essa falha os
806 municípios estavam recebendo repasses financeiros. Os municípios que não alimentam o sistema devem
807 sofrer sansão. Quanto ao TFD intermunicipal informou que existe recomendação através de portaria que
808 orienta a responsabilidade do estado e dos municípios. Os municípios não estão assumindo a
809 responsabilidade e acaba gerando dificuldades para os pacientes quando chegam na capital.
810 Compreende as dificuldades destes em relação a UTI aérea. Quanto a ajuda de custo foi debatida a
811 demora em relação a liberação das diárias, que chega de 40 a 50 dias. **Conselheira Clélia Brito** disse
812 que tem reivindicação em nível municipal que as reuniões do monitoramento do Conselho Estadual de
813 Saúde fossem estendida para a participação dos prefeitos e secretários municipais de Saúde, fato que já
814 está acontecendo em algumas reuniões, mas as vezes, é difícil conseguir a participação dos mesmos.
815 **Conselheiro Joao Dourado** encaminhou que a saúde mental fosse debatida na VI Plenária. Quanto ao
816 relatório de gestão disse que os técnicos da SES constroem o planejamento para o ano (janeiro a
817 dezembro), mas para efetivá-lo encontram empecilhos financeiros, pois o orçamento abre a partir do mês
818 de março e em setembro tem que trabalhar o fechamento das ações. Ressaltou que isto implica
819 diretamente nos indicadores. **Conselheira Ana Maria Boabaid** informou que existe uma portaria que



SUS

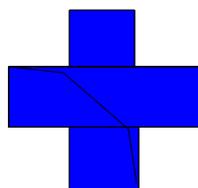
Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342



GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

820 atrela a implantação de CAPS à questão populacional. Sugeriu criação de estratégia para criação de
821 consórcio de saúde mental. Quanto a capacitação dos PSF sugeriu que o estado faça controle e
822 avaliação objetivando que o município cumpra os aspectos da metodologia de capacitação da atenção
823 básica, o que ajudaria a melhorar os índices. **Conselheira Marivanda Eilert** disse que o Conselho está
824 fazendo controle social a partir do momento em que realiza visitas com vistas a conhecer os problemas.
825 Em se tratando do RAG os debates realizados nas reuniões de comissão e aqui no Pleno demonstram
826 claramente que os Conselheiros estão conhecendo e trazendo as demandas com vistas a resolução.
827 Acredita que a equipe técnica presente terá o discernimento para fazer reflexão diante das falas dos
828 Conselheiros. Avaliou que alguém está deixando de fazer alguma coisa ou alguém não está cumprindo o
829 seu papel. Está faltando análise crítica da realidade. Parabenizou o Conselho, pois está tendo atitudes
830 honradas quando cumpre o seu papel. Para os técnicos o RAG apresenta um sistema de avaliação que
831 tem que justificar o não cumprimento das metas e é isso que o Conselho quer saber. **Conselheiro Jose**
832 **Carlos Bazan** quanto a resolução proposta sobre as auditorias, disse que ela encaminha as questões
833 auditadas para o gestor local. O encaminhamento do Conselho é de que fossem encaminhadas cópias
834 também para os Conselhos Municipais e para o Conselho Estadual de Saúde. Quanto às apresentações
835 dos relatórios, lembrou que eram realizadas pela Coordenadora de Planejamento e Orçamento e a
836 Comissão apenas dava alguns palpites. Encaminhou que a senhora Lucinéia Soares estava dispensada
837 de fazer a apresentação inicial, pois a partir deste momento os conselheiros apresentarão seus relatórios.
838 A Coordenadora ficará apenas com a orientação para a Comissão. **Presidente** quanto às cirurgias no
839 HUIJM disse que estão resolvendo para que ele atenda a demanda, pois o Hospital de Olhos não está
840 fazendo. Quanto à municipalização dos serviços disse que precisamos tratar com mais cuidado, pois
841 tentaram, mas não conseguiram avançar, principalmente se o município não resolver os seus problemas,
842 não adiantará colocar mais serviço para ele. Informou sobre sua participação em evento Sul Americano,
843 na cidade de Curitiba, onde o Estado foi convidado para apresentar sua experiência em práticas
844 integrativas, no que diz respeito a interiorização e regionalização. Colocou em deliberação os relatórios
845 das Comissões com as recomendações e o Pleno deliberou pela aprovação. Nada mais havendo a ser
846 deliberado pelo Pleno, a reunião foi encerrada às dezoito horas e trinta minutos e, após lida e achada
847 conforme, a presente ata foi aprovada pelo Pleno e segue assinada pelo **Presidente do Conselho**
848 **Estadual de Saúde, Augustinho Moro**, pela Secretária Executiva, **Magaly de Souza** e pelos demais
849 Conselheiros presentes: **Ana Carolina Vicente, Leila Maria Boabaid Levi, Angelo Falcão de**
850 **Figueiredo, Marceley Regina Torres, Mázena Salah El-Din Farah, Alzita Leão Ormond Oliveira, Maria**
851 **Aparecida de Amorim Fernandes, Jucélia Clara Nunes de Souza, Márcia Fátima Folador, Marivanda**
852 **Inês Pereira Eilert, Jose Carlos Bazan, Joacy Leopoldino da Fonseca, João Luiz Dourado, Jean**
853 **Carlos Gomes, Lilia Alves dos Santos, Lilia Alves Ferreira, Edemilson Canale, Suely Correia de**
854 **Oliveira, Antonio Cordeiro Sobral, Clélia Araujo de Brito, Ana Maria Boabaid Carvalho Couto,**
855 **Antonia Lúcia Ribeiro, Edvande Pinto de França e Ambrósio Moreira de Souza.**



SUS

Sistema
Único
de Saúde

Centro Político Administrativo - Fones: 613.5341/613.5342
CEP 78070-970 - Cuiabá - MT - Fax: (065) 613.5342